



Órgão de Censura e Propaganda: Uma análise da estrutura interna do DEIP/SC durante os anos de 1942-1945

THIAGO HENRIQUE ELIAS*

O presente artigo¹ tem como objeto de análise o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina (DEIP/SC)², entre os anos de 1942 e 1945. Busca-se nesse breve artigo analisar o seu funcionamento interno, a sua estrutura, quem eram os funcionários e as suas atribuições, a sua atuação, as relações com: o Interventor Federal Nereu Ramos, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a imprensa catarinense e os intelectuais nos anos de seu funcionamento. Procura-se contribuir para a compreensão desse órgão estatal, responsável pela propaganda e censura, que desempenhou suas atividades em período histórico tão rico e com tantas possibilidades de ser estudado e problematizado, visando também ajudar o trabalho de historiadores interessados pelo tema e pela política do governo Vargas.

Entrando propriamente no tema, importante destacar que a propaganda³ foi questão central durante o Estado Novo (1937-1945), desempenhou papel importante para a construção da imagem do Presidente da República e divulgação de seus feitos, para justificar e embasar a filosofia política e ideológica da ditadura varguista. Assim, o Governo por meio de instituições criadas em sua maioria pelo Ministério da Educação e Saúde Pública conseguiu legalizar, institucionalizar e sistematizar a presença estatal na vida política e cultural do país, monopolizando os meios de comunicação social. O DIP foi um dos resultados dessa ação

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Linha: Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo.

¹ Este artigo é um resumo das pesquisas realizadas em: ELIAS, Thiago Henrique. *“Os Protestos da minha estima e distinta consideração”*: Uma Análise da estrutura interna do DEIP/SC durante os anos de 1942-1945. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) UFSC, 2012. O qual foi orientado pelo Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte.

² Cabe aqui uma breve explicação sobre as fontes utilizadas. Os cadernos do DEIP/SC na íntegra estão disponíveis no Arquivo Público de Santa Catarina. A grande maioria desses documentos é composta de cópias dos ofícios enviados pelo Diretor do DEIP/SC (Gustavo Neves) ao Interventor Federal (Nereu Ramos). Neles se encontram cópias de documentos internos, de orçamento, telegramas enviados para vários indivíduos entre Delegados, Interventores Federais, donos de jornais e serviços de alto-falantes, além de notícias e alguns recortes de jornal. Essas cópias de ofícios foram rearranjadas, agrupadas por trimestre e encadernadas em 14 volumes de capa dura, alguns volumes reúnem até 800 páginas.

³ Destaca-se que a propaganda é aqui entendida como um processo através do qual um grupo promove a difusão sistemática dos componentes de uma ideologia, por meio de mensagens adequadas aos interesses e as condições dos receptores, buscando obter ou mesmo reforçar sua adesão, de molde que possibilite a conclusão eficiente de ações voltadas à conservação ou alteração da ordem existente (GARCIA, 1982:29).

governamental, controlando, restringindo e centralizando os meios de comunicação em massa (GOURLART, 1990:19). Sendo o órgão consequência da transformação e fusão de departamentos de propaganda anteriores, processos que vinham ocorrendo desde 1930 com a centralização de poderes pelo governo federal, aumentando e multiplicando as funções sobre sua responsabilidade (GOULART, 1990:59).

Pelo Decreto-lei n. 1.915 do dia 27 de dezembro de 1939 ficava criado o DIP, órgão que teria como principais funções fazer propaganda do regime, visando à aceitação do Estado Novo pelas diversas classes sociais, censurar e fiscalizar os diversos meios de comunicação para impedir que opiniões contrárias ao governo pudessem levar a manifestações e revoltas, promover manifestações e festas de apoio ao governo e de cunho patriótico, enaltecer a imagem do Presidente e dos líderes do Estado, produzir documentários e filmes, estimular a arte genuinamente brasileira e a sua cultura. Em 30 de dezembro de 1939 seria regulamentado na Constituição de 1937, pelo Decreto-lei n. 1.949, o poder e o campo de atuação sobre imprensa e propaganda, teria, assim, o DIP o poder de censurar, controlar e sancionar, além de cobrar taxas e conceder isenções, prêmios e favores, também era responsável por cuidar dos direitos e deveres de funcionários e empresas, zelar por direitos autorais, e ainda intermediar convênios, cadastrar todos os funcionários e empresas envolvidas com a comunicação (GOULART, 1990:50).

Estruturado em divisões, cada uma tendo um foco diferente de ação e responsável por uma área específica, existindo as divisões de Divulgação; Radiodifusão; Cinema e Teatro; Turismo; e Imprensa. Todas as divisões possuíam um Diretor e uma equipe diferente, com exceção da Divisão de Imprensa, na qual o Diretor-geral do DIP também assumia o cargo de Diretor, além do cargo da diretoria do Conselho Nacional de Imprensa (CNI) - provavelmente por ser a imprensa a maior preocupação do departamento, onde se tinham maiores cuidados (GOULART, 1990:62).

Para que conseguisse dar conta das suas múltiplas funções e de abranger o extenso território nacional, foram planejados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs). Criados e efetivados pelo Decreto-lei n. 2.557 de 4 de setembro de 1940 (GOULART, 1990:77). Sua organização era semelhante ao DIP, possuindo as mesmas funções e objetivos em uma escala menor, focadas nas unidades estaduais. Enquanto o departamento de âmbito nacional

se caracterizava como órgão normativo, os departamentos estaduais eram os responsáveis pela execução dessas normas (GOULART, 1990:78). Atuavam nos campos políticos, sociais e culturais. No primeiro campo, focavam na orientação da opinião pública, limitando a liberdade de expressão dos meios de comunicação e na realização de propagandas do regime na divulgação doutrinária de suas diretrizes, possuíam uma relação bem próxima com os Interventores Federais. No campo social, promoviam e organizavam festas para diversão popular e infantil, cuidavam do saneamento das diversões públicas, da censura sanitária, além de combater o charlatanismo. Por último, no nível cultural, promoviam eventos, congressos e assembleias sobre estudos que tinham como temas centrais a unidade nacional, o enaltecimento da civilização brasileira, carregados de nacionalismo, além da promoção do turismo (GOULART, 1990:77-78).

Outra preocupação era com a aproximação dos governantes com a população, sempre mostrando os líderes como indivíduos presentes e preocupados com as necessidades do povo, divulgando e enaltecendo as obras administrativas e políticas dos governos estadual e federal (GOULART, 1990:77). É importante que fique claro que cada um dos DEIPs possuía as suas especificidades, influenciados por questões que vão além das diretrizes federais, questões políticas, econômicas, étnicas e culturais relacionadas com as realidades encontradas nos Estados onde atuavam.

No caso particular do DEIP/SC é preciso compreender desde o princípio que o órgão não possuiu uma forma imutável em seu tempo de atuação (1941 até 1945), tornou-se mais eficiente e organizado ao longo dos anos, chegando mais próximo do que foi idealizado na concepção do DIP, aumentando o número de funcionários, orçamento, divulgação do regime e expandindo o seu poder de censura e influência no Estado, sendo mais do que um simples instrumento de censura do Estado Novo.

O departamento estava submetido ao Interventor Federal Nereu Ramos, era ele que indicava a Vargas quem seria uma boa escolha para ocupar o cargo de Diretor do órgão, autorizava a contratação de novos funcionários, o orçamento que seria disponibilizado, aquisições de equipamentos, suplementos para o orçamento e estava no centro das propagandas. Grande parte dos elementos mais importantes dessa pesquisa vem da análise dos documentos oficiais do departamento, onde aparecem as relações diárias entre Nereu e o Diretor do DEIP/SC,

informando as funções do departamento, sua área de atuação e de seus funcionários. Prestando contas frequentes dos seus atos ao Interventor e ao DIP.

O DEIP/SC foi criado no dia 20 de junho de 1941, com sede na Rua Trajano n. 14, na cidade de Florianópolis. O número de funcionários apresentado no relatório de 1942 ao Interventor (explicando o seu funcionamento desde a data de criação até 30 de junho de 1942⁴) era pequeno e continuará sendo até o final da atuação do departamento, o que pode ser percebido ao longo de outros balanços sobre os funcionários, informações sobre os salários, proposta orçamentária presente na documentação analisada, como por exemplo, o quadro da escala de férias dos funcionários (apresentado em 1944) para o ano de 1945 listava o Assistente (Alexandre Nogueira M. Ruiz), a Escriturária (Osmarina Stuart), o Pintor Artístico (Martinho de Haro), o Encarregado dos Serviços (João Frainer), o Locutor (Ivo Serrão Vieira), o Auxiliar de Escritório (Edmundo Pereira Santos) e o Auxiliar (João Pio Pereira)⁵. Assim, o número máximo de funcionários que constituíam o departamento não ultrapassou oito funcionários, no máximo nove quando Tito Carvalho ocupava o cargo de Assistente e Chefe da Seção Publicidade e Difusão Cultural (solicitou exoneração em outubro de 1944)⁶.

Dessa forma, a censura e propaganda em Santa Catarina ficavam ao encargo de um órgão que não possuía nem dez funcionários, evoluindo ao longo dos anos com novas contratações, mas nunca chegou a números expressivos. Os responsáveis sempre foram poucos. Utilizavam as autoridades estaduais e municipais, conforme o art. 3 do Decreto Estadual n. 996, enquanto não houvesse delegados no interior do Estado, o DEIP poderia delegar funções às autoridades estaduais ali residentes, não recebendo qualquer gratificação⁷. Seu poder de atuação vinha dessa extensão do departamento aos delegados e autoridades do Estado que fiscalizavam e trabalhavam em conjunto com o órgão, cobrando autorizações, licenças, trocando informações, fechando e autuando jornais e estabelecimentos quando solicitados. A eficácia só foi possível por causa dessa relação, sem ela, seria pouco provável que pouco menos de 10 pessoas conseguissem dar

⁴ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 3º Trimestre de 1942. Ofício Gab/558 - 11 de agosto de 1942. Arquivo Público de SC. p. 304.

⁵ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1944 - dezembro de 1944. Arquivo Público de SC. p. 671.

⁶ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1944. Ofício Gab/980 - 13 de outubro de 1944. Arquivo Público de SC. p. 132.

⁷ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1942. Ofício Gab/406 - 16 de junho de 1942. Arquivo Público de SC. p. 485.

conta do Estado inteiro, mesmo que para os padrões da época Santa Catarina possuísse poucos jornais e emissoras de rádio em seu território se comparados aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Algo comum era a utilização de funcionários atuantes no quadro de servidores do Estado, o que dá ao departamento o aspecto semelhante a uma repartição pública como outras do Estado. Os funcionários seriam, assim, aproveitados de outras repartições, só ocorrendo contratações externas ao quadro de servidores do Estado, quando não existissem trabalhadores aptos aos cargos solicitados pelo Diretor ou não fosse possível disponibilizá-los, respeitando o padrão de vencimento do Estado e mediante a autorização e aprovação do Interventor⁸. O que não impede de ter ocorrido o favorecimento da contratação de indivíduos que tivessem alguma relação de amizade ou alinhamento político com as autoridades estaduais.

É importante explicar a relação entre o Estado Novo e os intelectuais, antes de se aprofundar os temas relacionados à estrutura interna do DEIP/SC, tendo em vista que alguns intelectuais fizeram parte do seu quadro de funcionários. O governo Vargas acaba se diferenciando de outros regimes anteriores na relação entre os intelectuais e o Estado, já que define e estabelece o domínio da cultura como “negócio oficial”, possuindo um orçamento próprio, criando uma inteligência e intervindo em todos os setores ligados a produção, difusão e a conservação do trabalho intelectual e artístico (MICELI, 1979:131). Isso levou muitos intelectuais a trabalharem no serviço burocrático, algumas vezes tendo pouca relação com o trabalho intelectual, que muitos continuavam a desenvolver paralelamente aos seus trabalhos, e em outros casos totalmente associados ao trabalho intelectual. Criou-se uma situação de dependência material e institucional que passa a definir as relações que as clientelas intelectuais sustentam com o Poder Público, que através de suas subvenções apoiam as iniciativas nas áreas de produção cultural, deixando os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio e imunes às sanções do mercado, definindo a quantia de ganhos de cada parte (MICELI, 1979:158).

Não é por acaso que muitos funcionários do DEIP/SC estivessem inseridos dentro dessa lógica, tanto o Diretor Gustavo Neves como o Assistente Tito Carvalho eram dois dos membros fundadores da Academia Catarinense de Letras (ACL) (REVISTA DA ACADEMIA

⁸ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/947 – 17 de dezembro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 622.

CATARINENSE DE LETRAS, 1989), sendo ambos jornalistas profissionais. Chama a atenção que figuras chaves do governo ou da política desse período estavam envolvidas com a ACL, dentre elas Nereu Ramos.

Apesar de muitos intelectuais estarem ligados a cargos oficiais e públicos, isso não significa que estavam alinhados totalmente com a política-ideológica do governo federal, intelectuais provindos de vários campos ideológicos, tanto militantes em organizações de esquerda, como provindos dos quadros da cúpula integralista, porta-vozes da reação católica, figuras que eram pertencentes à intelectualidade tradicional e os praticantes das novas especialidades, ocupavam cargos dentro da administração do governo (MICELI, 1979: 162). Como o Estado Novo trazia uma série de privilégios como bons salários, financiamento de obras literárias que contribuíssem para a construção de uma cultura nacional tipicamente brasileira é possível afirmar que muitos intelectuais trabalharam na máquina burocrática por essas vantagens (MICELI, 1979:158), mas nada impede que tenham se incorporados por outros motivos, como afinidade com os projetos ideológicos federais ou mesmo fidelidade e ligação com as oligarquias e facções locais e estaduais.

Na relação entre Interventor e DEIP/SC, como visto antes, aparecia nos telegramas e documentos informações e explicações sobre o próprio funcionamento do departamento, além disso, eram apresentadas propostas a Nereu Ramos de como poderiam ser aperfeiçoadas a atuação e a eficiência do órgão. O documento do dia 17 de dezembro apresenta todas essas características e a configuração do departamento em 1942⁹. O documento no seu item 2 expõe de forma resumida as principais funções do departamento, indo desde a censura dos diversos meios de comunicação e entretenimento, incentivo a produção nacional, promover uma cooperação entre os meios de comunicação e o poder público na divulgação de informações e organizar manifestações cívicas e festas populares. Funções que apresentam o alinhamento com o projeto do governo federal na construção de uma nação una, indivisa e coesa, censurando temas que contribuíssem para o conflito entre as classes ou que estivessem em desacordo com as diretrizes do governo. Realizando a propaganda do regime e enaltecendo as suas qualidades, divulgando o projeto político-ideológico estadonovista, além de patrocinar, promover e organizar eventos

⁹ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/947 – 17 de dezembro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 621-624).

culturais que ajudassem na edificação de um sentimento de nacionalidade, como isentando ou reduzindo impostos e taxas estaduais e municipais na exibição de filmes e peças de teatro, que contribuíssem para os mesmos ideais¹⁰. Apresenta, dessa forma, outras funções do departamento que iam além do cerceamento das liberdades de expressão, tendo a função de contribuir com a construção desse novo Brasil e do novo brasileiro almejado pelo governo federal.

No item 10 aparecem sugestões do próprio DEIP/SC para o Interventor, sobre modificações que poderiam ser feitas para melhorar o funcionamento do departamento, dentre elas: a criação de novos cargos de contratados para ajudar no expediente; 1 funcionário para ficar responsável pela Seção de difusão radiofônica; o pagamento de um locutor para realizar diariamente emissões do departamento; e disponibilizado o gabinete e o manual fotográfico do Departamento Estadual de Estatísticas devido a frequente necessidade de serviços fotográficos¹¹. Essa postura de busca em melhorar e aperfeiçoar as suas funções continua presente durante todo o período de atuação do DEIP/SC, algo que pode exemplificar essa postura são as preocupações relacionadas à radiodifusão e o serviço de alto-falantes, que iam além das orientações ligadas à censura e o controle desses serviços. Durante a sua atuação, realizou-se diversos investimentos na aquisição de equipamentos de radiodifusão e de serviços de alto-falantes. Em 8 de outubro de 1942 adquiriu um equipamento com autorização do Interventor Federal¹², realizando novas aquisições no ano seguinte, dando destaque para a potente estação radiotransmissora que não estava sendo utilizada pela força policial do Estado, no dia 10 de maio de 1943¹³. Sempre que algum serviço de alto-falantes era fechado pela censura, solicitava permissão para utilizar os alto-falantes ou equipamentos. Tinham como objetivo estabelecer uma estação de ondas curtas do próprio departamento, tendo como base a estação paulista PPN2¹⁴ do DEIP/SP, no dia 25 de maio de 1943 solicita a autorização deste serviço ao diretor da Divisão de rádio do DIP para o

¹⁰ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/947 – 17 de dezembro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 621-622.

¹¹ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/947 – 17 de dezembro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 623-624.

¹² Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/715 – 8 de outubro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 76.

¹³ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1943. Ofício Gab/517 – 10 de maio de 1943. Arquivo Público de SC. p. 345.

¹⁴ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 3º Trimestre de 1943. Telegrama – 3 de julho de 1943. Arquivo Público de SC. p. 17.

funcionamento da emissora do DEIP/SC, entre as 19h às 22h, “*sendo a primeira hora destinada à retransmissão dos atos oficiais; a segunda a retransmissão da ‘Hora do Brasil’; e a terceira, a propaganda de tudo que se prenda a cultura brasileira e ao interesse nacional*”¹⁵. Porém, devido alguns maus entendidos na troca de informações entre o DEIP/SC e o DIP, a estação funcionaria a título provisório até julho de 1943.

Somente em 12 de fevereiro de 1943 é enviado o regimento interno do DEIP/SC, onde são estabelecidas todas as atribuições do órgão, deixando bem claro a sua subordinação ao Interventor, não sendo muito diferentes das atribuições expostas anteriormente, porém, apresentando de forma mais detalhada as funções dos funcionários. Sendo a principal e única divisão do departamento a Seção de Publicidade e Difusão Cultural, agregando todas as funções do DEIP/SC¹⁶. O regimento também ajuda, em seu Capítulo IV, art. 8, sobre as atribuições dos funcionários, a traçar o perfil das atribuições do Diretor-geral Gustavo Neves a quem competia dirigir e coordenar todas as atividades do departamento, cabendo-lhe a função de seguir e fazer cumprir as diretrizes superiores enviadas pelo DIP ou outras autoridades do regime, prestando contas de todas as atividades do departamento em sua atuação, arrecadação, gastos e publicações, através de um resumo escrito das principais informações, enviado anualmente ao Interventor. Além disso, todos os documentos direcionados para a publicação deveriam passar primeiro por ele, para serem analisados e só liberados após o seu “visto”, evitando publicações que fossem contrárias às propostas do governo ou que pudessem causar algum problema. Também deveria procurar aperfeiçoar as funções do departamento fazendo sugestões ao Interventor, solicitando a contratação de novos funcionários, a criação de novos cargos e mesmo encaminhando projetos de decretos-leis estaduais ao mesmo. Porém, as suas atribuições não ficavam apenas dentro de funções burocráticas, representava o órgão em espetáculos públicos, cerimônias ligadas à cultura e a política do Estado, além de recepcionar embaixadores e figuras importantes do governo estadonovista, que estivessem de passagem no Estado¹⁷.

¹⁵ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1943. Ofício Gab/567 - 25 de maio de 1943. Arquivo Público de SC. p. 553-554.

¹⁶ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 1º Trimestre de 1943 – 12 de fevereiro de 1943. Arquivo Público de SC. p. 388.

¹⁷ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 1º Trimestre de 1943 - 12 de fevereiro de 1943. Arquivo Público de SC. p. 388-389.

Com relação aos outros funcionários e suas atribuições, o 1º Redator ou Assistente, ocupado por muito tempo por Tito Carvalho até a sua saída em 1944, ficava responsável pela redação e distribuição da propaganda do regime, segundo as suas atribuições também ficaria responsável pela direção e elaboração da Revista “Santa Catarina” que não aparece mais ao longo dos documentos oficiais. O jornalista Alexandre Mimoso Ruiz desempenhava a função do 2º Redator, responsável pelo controle da censura dos diversos meios de comunicação, controle do serviço de publicação particular, representando o Diretor-geral em caso de transgressões e não cumprimento de ordens superiores, tradutor e distribuidor do serviço telegráfico da Agência Nacional, além de acumular as funções do expediente, protocolo e arquivo até a contratação de um funcionário para desempenhar essas funções. Osmarina Stuart desempenhava as atribuições de datilógrafa e João Pio Pereira a de auxiliar¹⁸.

O Diretor-geral também apresentava ao Interventor o lucro alcançado comparando com a arrecadação do mesmo mês do ano anterior, da selagem dos programas de cinema, rádio e alto-falantes do Estado, que era resultante da censura prévia estabelecida a esses programas. Essa cobrança e forma de controle fica mais clara em um documento enviado em resposta a um delegado em 2 de outubro de 1942, onde Gustavo Neves explica que segundo o art. 99 do decreto-lei n.1949, o empresário/emissoras deverá apresentar os programas, inclusive cinematográficos e radiofônicos, para aprovação diariamente em três vias, a primeira será selada com uma estampilha de 5\$000 estadual, mais uma Taxa de saúde de 1\$000¹⁹, depois de selada e inutilizada será entregue ao interessado. A segunda enviada ao DEIP para controle e anotação no respectivo fichário e a terceira arquivada nesta delegacia²⁰. Caso os empresários e as emissoras estivessem irregulares com a selagem e censura prévia das programações, poderia ser aplicada uma multa ou cassação da licença, segundo o art. 129 do Decreto-lei n. 1.949/39, o valor poderia variar de Cr.\$500,00 a Cr.\$ 5.000,00, e dado um prazo para corrigir as irregularidades²¹. O lucro

¹⁸ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 1º Trimestre de 1943. Ofício Gab/21 - 7 de janeiro de 1943. Arquivo Público de SC. p. 41-42.

¹⁹ Após a troca de moedas os valores ficaram Cr.\$ 5,00 estampilha estadual e Cr.\$ 1,00 pela taxa de saúde, tirando essa pequena modificação a forma de cobrança continuou idêntica durante a sua atuação.

²⁰ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/686 - 2 de outubro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 22.

²¹ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 1º Trimestre de 1943. Ofício Gab/230 - 16 de fevereiro de 1943. Arquivo Público de SC. p. 416.

das selagens era informado pelos delegados regionais do Estado, caso houvesse qualquer oscilação do valor ou irregularidade, os delegados eram solicitados para averiguar o motivo da redução dos valores obtidos nos cinemas, teatros e emissoras de rádio. Através dessa cobrança, também era possível ter conhecimento do conteúdo das programações, e se alguma delas possuía algum tema contrário aos interesses nacionais.

Além da prestação de contas com o Interventor, o DEIP/SC estava subordinado ao DIP. Era deste departamento geral de onde vinham todas as orientações que os departamentos estaduais deviam seguir, o que poderia ou deveria ser divulgado e censurado nos diversos meios de comunicação, e como os departamentos deveriam proceder nos seus diversos campos de atuação. Essa relação funcionava da seguinte forma: cada uma das divisões do DIP ficava responsável por determinado setor nos campos de divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, e imprensa. Quando a orientação era direcionada a imprensa ou qualquer outra área, era da divisão responsável que vinha o telegrama contendo as orientações e como o DEIP deveria proceder. Como exemplo pode-se citar o telegrama recebido pelo DEIP/SC em 16 de outubro de 1942 onde fica mais clara essa relação, nele o DIP orienta o DEIP/SC a não divulgação de notícias sobre a chegada ao Brasil do Embaixador Cyro Freitas Valle, Embaixador do Brasil na Alemanha de 1939 a 1942 e primo de Osvaldo Aranha²².

Quando era necessário tirar dúvidas relacionadas a algum setor, também eram encaminhadas as Divisões específicas. Simplificando, ficava assim estruturada: as orientações do DIP (divisões) eram encaminhadas ao DEIP/SC, esse mandava as orientações para os jornais do Estado, serviços de alto-falantes, emissoras de rádio, donos de cinema, e também delegados e principais autoridades estaduais, esses últimos para contribuir na fiscalização, censura, cadastros e cobranças de taxas. Essas orientações não eram encaminhadas apenas para pessoas externas ao DEIP/SC, em alguns casos estavam focadas na administração e estrutura interna do órgão, orientando ou mesmo proibindo certos comportamentos dos funcionários. No dia 24 de março de 1943, por exemplo, em telegrama do Diretor-geral do DIP, Major Coelho dos Reis, um dos três

²² Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Telegrama – 16 de outubro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 155.

diretores que estiveram à frente do DIP, para Gustavo Neves, informava ser proibido que os redatores estivessem ligados a jornais diretamente²³.

Ainda examinando essa relação, segundo o Decreto-lei n. 1949/39, onde estavam embasadas as principais formas e temas proibidos pelo departamento, todas as formas de representação, execução, projeção, audição ou irradiação pública, depende da aprovação do DIP do programa determinado²⁴. O DEIP/SC seguiu as orientações enviadas pelo DIP dos temas que deviam ser censurados, que foram se modificando dependendo do contexto interno e externo. Mas de forma ampla foram proibidas notícias que estivessem em desacordo aos interesses nacionais, críticas ao governo, que de alguma forma estimulassem ao conflito entre classes sociais, ou que abalasses de alguma forma a harmonia interna do país ou suposta paz, que pretendiam passar. Devido à Segunda Guerra Mundial, além das notícias restritamente proibidas sobre as condições internas do país e os problemas políticos, também eram proibidas notícias da movimentação de tropas nacionais ou estrangeiras, críticas a países que o Brasil possuía relações amistosas, por exemplo, a advertência recebida por Genésio Paz, Diretor-gerente do jornal “A Tribuna”, no dia 1 de Dezembro de 1942 do DEIP/SC, para que não voltasse a publicar notícias escritas, faladas ou desenhadas que façam críticas ao governo de países que o Brasil mantém relações amistosas²⁵. O jornal em questão havia feito críticas ao governo de Francisco Franco, ditador fascista espanhol.

As advertências eram feitas seguindo o histórico dos jornais, se fosse uma infração de ordem primária, o jornal ou serviço de mídia só receberia uma advertência, como foi o caso do jornal Correio do Sul por divulgar notícias proibidas de movimentação do exército em 1942²⁶, mas caso persistissem em infrações poderia receber uma multa, ou mesmo ter a licença cassada. O DEIP/SC informava o CNI sobre as irregularidades do serviço e esse julgava a pena que seria dada ao infrator, mas claro que isso dependia da gravidade da infração. Em alguns casos o CNI

²³ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 1º Trimestre de 1943. Telegrama - 24 de março de 1943. Arquivo Público de SC. p. 730.

²⁴ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1942. Ofício Gab/300 - 12 de maio de 1942. Arquivo Público de SC. p. 186.

²⁵ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/876 - 1 de dezembro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 495.

²⁶ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/791 - 29 de outubro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 258.

chegou a cancelar os registros de alguns jornais catarinenses como, “O Pharol” e “Itajahy”, em ofício de 26 de agosto de 1942, para o delegado de Itajaí, o DEIP/SC informa o cancelamento dos dois jornais e solicita que seja impedido o funcionamento dos mesmos²⁷.

Os documentos necessários para efetuar o registro dos jornais no DIP eram: a folha corrida do Tribunal de Segurança, referentes ao Diretor e Redator; Certificado da Associação Catarinense de Imprensa, de que ambos se acham filiados àquela entidade de classe²⁸. Os documentos eram enviados ao DEIP/SC e esse enviava para o DIP, só após a confirmação do registro os jornais tinham licença para publicar. À medida que os anos foram passando o departamento começou exigir formas de registros mais completas, como pode ser visto em 10 de julho de 1944, onde solicita para todos os jornais importantes do Estado um cadastro onde deveria constar: o nome do Jornal; data de fundação; número do registro e data; se é diário ou de outra natureza; nome do Diretor e dos empregados e funções que estes desempenhavam²⁹. No caso dos registros de serviços de alto-falantes e emisoras de rádio era obrigatoriamente registrado pela Divisão de Rádio do DIP. No documento do dia 18 de maio de 1942, ficam claros que esse registro compreende “*pela anotação do nome do proprietário do serviço, local onde o serviço se acha instalado, horário e natureza das irradiações e marca do aparelho sonoro*”³⁰, além da necessidade da autorização da prefeitura do município onde se pretendia realizar as irradiações e comprovação da nacionalidade brasileira do proprietário, não sendo permitido a indivíduos de origem ou ascendência dos países que formam o Eixo terem esses serviços, e várias outras restrições que não são o foco deste artigo aos ditos “quinta-coluna”, mas de forma geral, é possível afirmar que toda a censura caía com o dobro do peso para com esses indivíduos, principalmente pela desconfiança constantemente reforçada pelas várias mídias e pelos órgãos de propaganda do Estado Novo.

Algo que vai se repetir anualmente são as propostas orçamentárias enviadas pelo Diretor ao Interventor, onde consta o valor dos salários dos funcionários, o valor necessário para o

²⁷ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 3º Trimestre de 1942. Ofício Gab/593 - 26 de Agosto de 1942. Arquivo Público de SC. p. 448.

²⁸ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1943. Ofício Gab/1327 - 27 de dezembro de 1943. Arquivo Público de SC. p. 721.

²⁹ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 3º Trimestre de 1944 - 10 de julho de 1944. Arquivo Público de SC. p. 52.

³⁰ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1942 - 18 de maio de 1942. Arquivo Público de SC. p. 220.

material de expediente e para as publicações do órgão para o próximo ano de atuação, cabe destacar que os Estados, segundo lei Federal, deveriam reservar meio por cento da receita orçamentária para os DEIPs³¹. Apesar de existir uma proposta orçamentária reservada para cada ano de atuação, caso fosse necessário, o Diretor poderia pedir um suplemento financeiro para o Interventor para cobrir os gastos, situação essa que ocorre pela primeira vez em 10 de julho de 1944. No documento, Gustavo Neves solicita um suplemento de Cr.\$ 80.000,00 para atender a despesas indispensáveis ainda no corrente exercício. A verba do departamento era de Cr.\$ 232.645,10, mas tinham sido gastos Cr.\$ 200.745,00, incluindo a quantia empenhada no pagamento de funcionários extranumerários, já admitidos. Essa necessidade de verba adicional é em decorrência de uma série de publicações focadas na propaganda do Estado em jornais tanto estaduais como nacionais, aquisição de publicações para serem distribuídas no Estado, assim como, a produção de um documentário sobre o Estado e a atuação de seu Interventor, encomendado com a “Botelho filme” empresa carioca no valor de Cr.\$ 62.505,00 para as filmagens³².

Interessante que mesmo com a existência da censura e a divulgação de informações quase sempre das mesmas fontes oficiais como a Agência Nacional, o departamento ainda gastava com publicações pagas em jornais catarinenses e cariocas, realizando propaganda do Estado ou do interesse do Estado. Muitos jornais viam essas publicações como positivas já que contribuía com os gastos e o lucro dos próprios jornais, não significa que agradasse a todos. Muitos jornais catarinenses apareceram com frequência nos documentos do DEIP/SC, que eram enviados ao Secretário da Fazenda Interino, Professor Orlando Brasil, solicitando que fossem pagos aos donos dos jornais, por publicações de interesse do Estado. Como é o caso do jornal “A Gazeta” (Florianópolis) de Jairo Callado, sendo um dos periódicos que mais recebeu publicações pagas, ganhando um valor de Cr.\$ 23.000,00, valor que apareceu ao longo de toda a pesquisa, não bastasse isso ainda recebeu alguns privilégios na distribuição de papel, que era controlada pelo DEIP/SC, podendo escolher aqueles de melhor qualidade. Como ocorre no dia 16 de junho de 1943, onde o DEIP/SC autoriza o fornecimento de papel com melhor qualidade ao jornal,

³¹ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 3º Trimestre de 1943. Ofício Gab/781 - 30 de julho de 1943. Arquivo Público de SC. p. 256.

³² Caderno de Expediente do DEIP/SC. 3º Trimestre de 1944. Ofício Gab/634 – 10 de julho de 1944. Arquivo Público de SC. p. 54.

proveniente do extinto jornal “Blumenau Zeitung”³³ Também ocorreram vantagens na realização de entrevistas exclusivas, como a realizada com o embaixador da Grã-Bretanha, Noel Charles³⁴.

Desde o começo o departamento se preocupava com a pouca atenção e espaço dado às realizações do Estado Catarinense. No dia 31 de outubro de 1942, em carta enviada ao DIP, reclama ao Capitão Amilcar Dutra Menezes, Diretor da Divisão de Rádio do DIP, por aparecer poucas notícias na “Hora do Brasil” segundo o DEIP, de um estado que faz tanto para a construção desse Novo Brasil³⁵, o que demonstra um interesse em divulgar as contribuições do Estado. O que pode justificar até certo ponto o porquê de além das publicações pagas aos jornais estaduais, sempre dando preferência aqueles de maior destaque e tiragem, realizava publicações em jornais e revistas, na quase totalidade dos documentos analisados, na cidade do Rio de Janeiro, provavelmente, não sendo realizadas por mera coincidência, por se tratar da Capital Federal ganharia melhor destaque, se a intenção era dar maior evidência aos feitos do Estado e ao seu líder Nereu Ramos.

Esse processo de publicações se tornou mais comum entre os anos de 1943 e 1945, o que mostrou um aumento das atividades do DEIP/SC na propaganda do regime, talvez por estar nesses anos mais preparado e organizado para tomar ações desse tipo, estando elas totalmente relacionadas com a necessidade de suplementação do seu orçamento. Não existia um valor pré-definido para essas publicações podendo variar de Cr.\$ 1.000,00 até Cr.\$ 16.000,00, normalmente as publicações estaduais tinha um valor relativamente mais baixo se comparado àquelas realizadas nos jornais e revistas cariocas, só permitidas mediante autorização do Interventor, o que pode dar margem a possibilidade de Nereu Ramos ter tirado proveito da conjuntura política nacional para se promover. O DEIP/SC desempenhou, assim, função semelhante ao DIP quanto à propaganda do regime e de Vargas, só que dentro do âmbito estadual, onde o Interventor foi alvo de diversas publicações, enaltecendo o líder catarinense Nereu Ramos, com o excesso de adjetivos, sempre exaltando a sua imagem e seus feitos, algo muito semelhante ao realizado com a imagem do Presidente, sendo realizadas comemorações

³³ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1943. Telegrama - 16 de junho de 1943. Arquivo Público de SC. p. 685.

³⁴ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1943 - 18 de maio de 1943. Arquivo Público de SC. p. 486.

³⁵ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 4º Trimestre de 1942. Ofício Gab/798 - 31 de outubro de 1942. Arquivo Público de SC. p. 277.

acompanhadas de publicações do aniversário do Interventor no governo do Estado. Não foram poucas as vezes que foi retratado como alguém que se importava com o povo e com a sua situação. Todos esses elementos demonstrando um particular interesse do departamento na realização de propagandas o que levou a necessidade de suplementos orçamentários devido ao esgotamento do orçamento anual.

O Brasil passava por transformações internas no ano de 1945, Vargas acabaria com a censura, daria anistia aos presos políticos, a possibilidade de se filiar partidos e marcaria eleições ainda para final do mesmo ano, aliado ao contexto mundial que caminhava para o fim da guerra, tornava insustentável a continuação do já enfraquecido Estado Novo no pós-guerra, devido a diversos fatores, como a crise nos ministérios. Nesse contexto, no dia 25 de maio de 1945, é enviada a correspondência pelo DIP ao DEIP/SC³⁶, informando sobre o Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945, o qual extinguiu o DIP, e no seu lugar seria instaurado o Departamento Nacional de Informações (DNI) subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e nos estados no lugar dos DEIPs seriam criados os Departamentos Estaduais de Informação (DEIs) (GOULART, 1990:75-76). A principal função do DNI era organizar e difundir todo tipo de informações relacionadas ao Brasil em todos os setores da vida nacional, cooperando com órgãos culturais dos Ministérios da Educação e Saúde e das Relações Exteriores e com órgãos da mesma natureza nos Estados e prefeituras³⁷. Funções como centralização, orientação e superintendências de propaganda não estavam mais entre os objetivos do departamento (GOULART, 1990:76). E um pouco mais de um mês no dia 28 de junho de 1945 em carta, Gustavo Neves informa a Nereu Ramos a extinção do DEIP/SC e a concepção do DEI/SC³⁸, o qual teria uma curta existência, tendo em vista, que os DNI e DEIs seriam extintos no ano de 1946.

O que foi visto, foi um departamento em constante transformação, visando sempre instrumentalizar e aperfeiçoar as suas funções, buscando melhorar a sua atuação no Estado, no

³⁶ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1945 - 25 de maio de 1945. Arquivo Público de SC. p. 552-553.

³⁷ Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

³⁸ Caderno de Expediente do DEIP/SC. 2º Trimestre de 1945. Ofício Gab/509 - 28 de junho de 1945. Arquivo Público de SC. p. 784.

controle dos diversos meios de comunicação e censura. Apesar de existir uma preocupação com as cobranças de taxas, censura prévia de cinemas, rádios e teatros, o departamento teve uma preocupação notória com a propaganda do regime, realizando várias publicações pagas, compra de materiais e livros para distribuição, e produções de documentários sobre as realizações administrativas do Estado. O que levou em alguns momentos, a necessidade de um suplemento no orçamento para dar conta dos gastos, mostrando que a preocupação com a divulgação era maior do que com o lucro. Um departamento que desempenhava funções que iam além daquelas relacionadas com a propaganda e censura no Estado.

Referências Bibliográficas

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA DE SANTA CATARINA. Expediente do “DEIP”. Cadernos de 1942 a 1945. Palácio do Governo. Acervo digitalizado dos Expedientes do DEIP/SC (1942-1945) do Laboratório de História Social da Cultura e do Trabalho. Projeto Coordenado pelo Professor Adriano Luiz Duarte e realizado pelas professoras Daiana Castoldi Lencina e Elisa Freitas Schemes. Pesquisa PIBIC/CNPQ - UFSC.

ELIAS, Thiago Henrique. *“Os Protestos da minha estima e distinta consideração”*: Uma Análise da estrutura interna do DEIP/SC durante os anos de 1942-1945. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) UFSC, 2012.

GARCIA, Nelson Jahr. *O estado novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: Ideologia propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

REVISTA DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS. Florianópolis, SC: Academia Catarinense de Letras, 1989. Anual. Continuação de Signo. n.9.